



RESOLUÇÃO GAB/SSS N.01/2008

O Secretário da Saúde e Saneamento Municipal de Balneário Camboriú e o Gestor do Fundo Municipal, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 1.068/91 e pela Lei Orgânica do Município, bem como, a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e,

Considerando o art.196 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando o art. 2º da lei nº 8.080 de 1990, que dispõe que " A Saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

Considerando que conforme Lei Orgânica do Município, a saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público assegurada mediante políticas públicas que visem eliminar riscos de doenças e outros agravos;

Considerando o que dispõe o art. 4º da Lei nº 8.080/90 que estabelece a possibilidade de participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde em caráter complementar;

Considerando o que dispõe o art.1º da Portaria nº 1606/GM de 11/09/2001;

Considerando a necessidade do Sistema Único de Saúde deste Município em serviços especializados e a dificuldade de encontrar profissionais que atendam pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde;

Considerando o baixo valor dos procedimentos repassados pelo Ministério da Saúde através da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde;

Considerando Prejulgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 0680 que dispõe que "nada impede que o poder público utilize o Sistema de Credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo";



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

Considerando as recentes mudanças ocorridas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde;

Considerando a importância de complementarmos tais serviços haja vista a necessidade da população,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar, na forma do Anexo I desta Resolução, tabela diferenciada com valores a serem pagos pelos procedimentos efetivamente prestados e concluídos, aos pacientes do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º - Os recursos necessários ao atendimento das despesas, decorrentes dos serviços prestados, correrão através dos recursos provenientes do Ministério da Saúde e do Fundo Municipal de Saúde conforme orçamento disponível para a execução do mesmo.

Art.3º - Torna sem efeito, a partir da publicação desta, a Resolução nº 001, de setembro de 2005.

Balneário Camboriú, 04 de setembro de 2008.

Celso Luiz Golin
Secretário Municipal de Saúde

Eduardo Krewinkel
Gestor do Fundo Municipal
de Saúde